



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

Abuso Sexual Infantil
O Processo de Revelação do Abuso Sexual:
Reações Paternas
Maria João Ribeiro Sequeira

Orientador de Dissertação:

Prof. Doutor António Augusto Pazo Pires

Coordenador do Seminário de Dissertação:

Prof. Doutor António Augusto Pazo Pires

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

Mestre em Psicocriminologia

2013

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Doutor António Augusto Pazo Pires, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia. Conforme Despacho da DGES, nº 29595/2008, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 223, de 17 de Novembro de 2008.

Agradecimentos:

À minha mãe;

Aos meus pais, estejam onde estiverem, teriam com certeza todo o orgulho em mim;

À minha avó Madalena por me ter dado o seu colo;

À família que partiu;

À minha família, por me ter ensinado que é do amor que se faz uma verdadeira família;

À Julita;

À minha sábia avó Júlia, por todo o amor e carinho que me deu, bem como pelos valores, paixões e cultura que me inculuiu;

À Academia de música de Santa Cecília, a casa que ajudou a transformar a minha existência num belo compasso terciário;

Ao professor Cícero, pelas vezes que apostou em mim;

À professora Ana Anahory, por toda a sua sabedoria e por me ter apresentado uma das paixões da minha vida, a filosofia;

Aos meus amigos e colegas da geração Máxima Liberdade Máxima Responsabilidade do ano de 1988 da AMSC, por todas as brincadeiras, por todas as vivências;

À Mariana, a amiga que me suportou em todas as inseguranças, a irmã do coração;

Ao Zé e à Fátima;

A todos os meus amigos;

Ao povo e amigos, de todas as idades, dos Montes da Senhora, terra que me mostrou que é muito provável que a magia exista;

A todos os amigos da minha mãe, que tanta importância tiveram na minha educação;

À Cristina e ao Fanha;

À Raquel, à Malita e à Fátima Cabral;

À Maria José, por me ter ajudado a dar forma a um turbilhão de emoções;

À Madalena;

Ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, por me ter dado ferramentas para um dia poder construir um mundo, um mundo meu e um mundo para os outros;

Ao professor José Pereira da Silva, por toda a paixão, rigor e dedicação que tem pelo ensino e pela ciência, paixão essa que me contagiou;

Ao professor Doutor António Pires, por toda a disponibilidade e atenção;

À Dra Susana Patrício, que me iniciou no trabalho árduo que o psicólogo tem, nomeadamente no contexto da justiça e que se tornou num exemplo de persistência e de ser humano;

E finalmente, de novo, à minha mãe, o maior orgulho da minha vida, a minha inspiração diária, por todo o amor, por todo o sangue suor e lágrimas, pelo parto complicado, pela beleza do teu ser;

Trago um pouco de todos comigo...

Resumo:

Esta revisão analisa a literatura existente sobre o abuso sexual infantil, nomeadamente as reações emocionais paternas, de pais não maltratantes, à revelação do abuso. A literatura tem indicado que as famílias de crianças vítimas de abuso sexual, ao tomarem conhecimento da situação de abuso dos seus filhos, podem apresentar uma variedade de manifestações e reações. O suporte familiar está associado ao ajustamento da sexualidade das crianças abusadas. A literatura demonstra ainda que, na generalidade, as mães acreditam na revelação do abuso. Que mesmo as mães que são protetoras manifestam respostas ambivalentes e inconsistentes. Tanto os pais como as mães não maltratantes manifestam reações emocionais angustiantes face à revelação do abuso. No entanto, os estudos sobre o abuso sexual infantil são insuficientes e não são suficientemente esclarecedores ou são contraditórios no que concerne às reações paternas à revelação do abuso.

Palavras-Chave: Abuso sexual infantil, revelação, reações paternas

Abstract:

The present study aimed to examine the existing literature on child sexual abuse, including parental distress, of nonoffending fathers, to disclosure of abuse. Parental support is associated with the adjustment of sexually abused children. The published literature suggests, that mother generally believe their children's allegations. Even mother who are protective often exhibit inconsistent and ambivalent responses. Both nonoffending mothers and fathers often experience significant distress following their children's allegations. The literature has shown that families of child victims of sexual abuse, upon learning of the situation of abuse of their children, may have a variety of expressions and reactions. However, studies of child sexual abuse are insufficient and not sufficiently enlightening or have mixed conclusions with respect to parental reactions to disclosure of abuse.

Key Words: Child Sexual Abuse, Disclosure, Paternal Reactions.

Índice:

Revisão de Literatura:	1
Introdução	1
O Que é Abuso Sexual de Menores?	2
Sexualidade Infantil e Abuso Sexual	4
As Dinâmicas do Abuso Sexual de Menores	6
O Síndrome do Segredo	6
O Síndrome da Acomodação	7
Impacto do Abuso Sexual de Menores	7
Os Pais no Contexto da Revelação do Abuso Sexual Infantil	10
Conclusão	13
Referências Bibliográficas	15
Projeto:	18
Resumo:	19
Abstract:	20
Introdução:	21
Problema:	22
Hipótese:	22
Participantes:	23
Instrumento:	23
Procedimento:	23
Referências:	24

Revisão de Literatura:

Introdução:

Vive-se, um pouco por todo o mundo, um período de elevada exposição mediática de factos relacionados com a realidade criminal. Entre eles, factos judiciais relativos a situações de violência contra crianças foram despertando a sociedade para este fenómeno e, particularmente, para as situações de abuso sexual. Numa altura em que os direitos das crianças são já uma bandeira das democracias mais desenvolvidas, os efeitos do abuso sexual na vida das crianças são um fenómeno a que as ciências jurídicas e sociais não podem ser alheias.

As consequências dos abusos sexuais dependem de numerosos fatores que se ligam entre si. Não se pode falar em traumatismo infligido à criança sem ter em conta o contexto em que ele aconteceu, isto é, a situação da criança no seio da sua família e secundariamente o impacto que daí advirá, depois da revelação, das reações familiares, das decisões sociais, médicas, judiciais.

Diversos estudos abordam o processo de revelação do abuso sexual da perspectiva materna e as suas reações, no entanto há falta de informação e a que há é contraditória relativamente às reações paternas e ao impacto na figura do pai não maltratante, especificamente quando este acontece com os seus filhos. Assim, tendo em vista a importância de explorar aspetos relacionados com a figura paterna em situações de abuso sexual infantil, de compreender as suas diferentes manifestações emocionais e comportamentais, e considerando que o pai é uma das principais pessoas para quem a vítima revela o abuso e que as suas respostas podem influenciar a capacidade das crianças lidarem com a experiência de abuso sexual, torna-se imperativo explorar as reações dos pais.

Observa-se, na consulta de literatura sobre a sexualidade, que a sexualidade infantil ocupa um dos assuntos menos explorados dentro do contexto dos estudos sobre a sexualidade humana. O presente projeto de investigação vem propor uma investigação às reações dos pais de meninos vítimas de abuso sexual intra ou extrafamiliar diante da revelação.

Para a realização do presente projeto, foram consultadas as bases de dados EBSCO e Psychinfo. Na base de dados EBSCO inseriu-se, primeiramente, no campo TI (title) Child Sexual Abuse no campo seguinte AB (abstract) a palavra father e obtiveram-se 107 resultados, por fim, para limitar a pesquisa, inseriu-se no 3º campo

KW (keywords) novamente a palavra father. Obtiveram-se 21 resultados. Apenas um dos resultados estava relacionado com a temática. Tratou-se de uma revisão de literatura sobre as reacções de pais não ofensores ao abuso sexual dos seus filhos que se focava essencialmente nas reacções maternas. Tentou-se novamente a pesquisa mantendo os dois primeiros campos com as mesmas palavras e nas KW (keywords) inseriu-se father's reactions mas não se obteve nenhum resultado. Seguidamente consultou-se a base de dados Psychinfo e com as mesmas palavras nos três campos, a saber, TI Chil Sexual Abuse, AB father e KW father, obtiveram-se os mesmos 21 resultados. Foi ainda consultado o Google e diversa literatura sob a forma de livros.

O Que é Abuso Sexual de Menores?

As dificuldades de conceptualização deste fenómeno dizem respeito, sobretudo, a duas dimensões que pautam a maioria das definições apresentadas pelos profissionais que trabalham as questões relativas ao abuso sexual de crianças: 1) a diferença de idades entre vítima e agressor (que se traduz numa diferença desenvolvimental significativa); e 2) os comportamentos sexuais considerados abusivos (Conte, 1991; Millien-Perrin e Perrin, 1999; Furniss, 1993).

Assim, no que diz respeito à diferença de idades, uns autores consideram necessária uma diferença de cinco anos entre vítima e agressor, outros uma diferença de três, no entanto outros autores fazem, ainda, referência ao abuso sexual entre pares (Cantwell, 1995, cit. in Fávero, 2003; Lopez, 1995, cit. in Fávero, 2003; Kellog e Hoffman, 1997, cit in Fávero, 2003) sendo que, nesta circunstância, a diferença de estatuto e poder existente entre as duas crianças e a avaliação que a vítima faz da situação devem ser igualmente considerados para que esta possa ser definida como abuso.

Para além das diferenças de idades, a falta de consenso também se verifica no que concerne aos comportamentos sexuais considerados abusivos. A maioria dos autores (e.g. Adams, 1991, cit. in Fávero, 2003; Barudy, 1998, cit. in Fávero, 2003; Chew, 1998; Miller-Perrin & Perrin, 1999) considera abuso sexual todos os comportamentos sexualizados com crianças, envolvendo ou não contacto físico, integrando neste conceito os contactos sexuais diretos (ex: penetração vaginal, oral e anal) e os contactos sexuais indiretos (ex: masturbação, exposição dos genitais à

criança, coagir a criança a ter relações sexuais com terceiros, exploração através de pornografia infantil).

Uma das definições mais frequentemente referida na literatura é proposta pelo National Center on Child Abuse and Neglect (NCCAN), que define o abuso sexual de crianças como *“quaisquer contactos ou interacções entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para satisfação sexual do abusador ou de outra pessoa. O abuso pode ser cometido entre menores, desde que o agressor seja significativamente mais velho que a vítima, ou está numa posição de poder e controlo sobre a outra criança”* (Miller-Perrin & Perrin, 1999, p. 103).

No que diz respeito à definição de abuso sexual, é importante ter ainda em conta que as situações abusivas podem ter, ou não, um carácter coercivo, verificando-se, ou não, o recurso à ameaça física ou verbal (Browne & Finkelhor, 1986, Giarretto, 1982, cit. in Carmo, Alberto & Guerra, 2002).

O abuso sexual de menores pode ainda ser classificado em intra e extra familiar. As investigações acerca das características do abuso sexual de crianças sugerem que o abuso extrafamiliar e intrafamiliar apresentam diferenças no que diz respeito a) à gravidade do abuso, b) ao recurso a violência física ou verbal, c) ao sexo e à idade das vítimas e d) à duração do abuso.

O abuso sexual é considerado intrafamiliar quando as práticas de índole sexual ocorrem entre familiares, independentemente do seu grau de parentesco (Manita, 2003; Cunha, 2000; Russel, 1983). Russel (1983, cit. in Cunha, *idem*, p. 3) afirma, a respeito da definição de abuso intrafamiliar, que *“apesar de esta definição supor ou implicar uma afinidade biológica/genética entre o adulto e a criança, mais ou menos afastada, ela costuma integrar qualquer indivíduo que assuma uma papel familiar na vida da criança, como seja um padrasto ou um pai adotivo”*.

A literatura sugere que o abuso intrafamiliar tende a prologar-se mais no tempo, verificando-se maior frequência nos episódios abusivos. Estes dados parecem indicar que as ações abusivas que ocorrem no contexto familiar são mais intrusivas (Erickson, Walbet e Videl, 1988 cit. in Fisher e MacDonald, 1998.) Verifica-se, também, que o uso da força está mais presente nos casos de abuso extrafamiliar. Contudo, no abuso intrafamiliar o recurso a violência física ou verbal está igualmente patente, sobretudo quando as vítimas são mais velhas (12/14 anos) (Fisher e MacDonald, 1998; Russel, 1983).

Relativamente à idade das vítimas, na generalidade, os resultados das investigações sugerem que as crianças mais jovens são mais frequentemente vítimas de abuso sexual no contexto familiar (De Jong, Hervada e Emmett, 1983 cit. in Fisher e MacDonald, 1998; Goddard, 1988, cit in Fisher e MacDonald, 1998).

Esta análise do abuso intrafamiliar demonstra que, quando comparado com o abuso extrafamiliar, para além do primeiro ser praticado por indivíduos que têm laços afetivos, à partida, mais profundos, parece também apresentar características diferentes que no que diz respeito às vítimas, quer no que diz respeito ao comportamento dos ofensores e às dinâmicas inerentes a este abuso.

Wurtele e Miller-Perrin (1992, cit. in Wurtele, 1997) elaboraram uma lista de fatores de risco que dizem respeito à criança, ao abusador, à estrutura familiar e à estrutura social e cultural. É de evidenciar os fatores que dizem respeito à criança, que a tornam mais suscetível ao abuso: a) elevada necessidade de atenção ou afeto; b) baixa autoestima; c) vítima de negligência emocional; d) passividade; e) pouca capacidade de decisão ou de resolução de problemas; f) isolamento e g) falta de conhecimento sobre os comportamentos sexuais apropriados (Wurtele e Miller-Perrin, 1992, cit. in Wurtele, 1997).

O conhecimento dos fatores correlacionados com o abuso é fundamental, uma vez que permite traçar planos preventivos e, deste modo, diminuir a incidência do abuso sexual de crianças.

Sexualidade Infantil e Abuso Sexual

Sabe-se que a sexualidade humana possui uma forte componente biológica. Somos, em palavras de López e Fuertes (1989), biofisiologicamente sexuados e não só o corpo é sexuado, mas também, todo o nosso psiquismo, a nossa organização social e a nossa cultura. Passamos por distintas fases ao longo da vida, onde a sexualidade se manifesta de distintas formas consoante a idade, a cultura e o nosso estado físico em geral (López e Fuertes, 1989).

Freud foi o cientista que mais contribuiu para a tomada de consciência sobre a importância da sexualidade humana. Foi, inegavelmente quem primeiro sistematizou informação sobre a sexualidade antes da puberdade, quando, em 1905, apresentou em *Três Ensaios para Uma Sexualidade* as suas ideias sobre a sexualidade infantil. Foram descritas manifestações sexuais desde o nascimento, afirmando que se devem ao facto

de nascermos com uma energia libidinal. Os postulados básicos da sua teoria podem ser divididos em três pontos (Broderick, 1973): 1- A energia libidinal não é um produto da puberdade, mas uma força básica que existe desde o nascimento; 2- O processo de canalização desta energia libidinal é essencialmente social (mais que meramente instintivo), o que significa que as formas de gratificação sexual e os objetos sexuais são resultados de um processo de aprendizagem; 3- o desenvolvimento psicosexual processa-se através de uma série de estádios mais ou menos uniformes.

Desde o seu nascimento, a criança está presa às forças pulsionais, fonte de tensão, de excitação que ela não domina. A mãe vai ter um papel contendor, de “para-excitações” para que a criança não receba, estímulos externos, que possam ser integrados. Num “banho de afetos” (Lebovici, Stoléru, 1983), as diferentes zonas do corpo do bebé vão sendo investidas como “zonas erógenas”, isto é, zonas fontes de prazer, na intimidade das interações precoces mãe – bebé de acordo com as atividades que ritmam a vida quotidiana do bebé (cuidados, mudanças, higiene, jogos, etc).

Assim, progressivamente, a criança vai descobrir o seu corpo ligado à sensualidade, nas relações com os adultos, num ajustamento constante ao seu nível de desenvolvimento. Caso contrário, a criança será perturbada: “Em todo o caso, desde o nascimento, a criança deverá fazer face às excitações libidinais e a sua intensidade pode, sobretudo em certos momentos e em certas condições, ter o efeito de um traumatismo: toda a excitação exterior que não corresponda ao grau de evolução interior do indivíduo e às suas possibilidades de integração física e afetiva é perturbadora” (Lebovici, Soulé, 1970).

Os adultos não compreendem, em geral, os comportamentos da criança no momento da descoberta do abuso. A criança, durante muito tempo, antes de reportar o abuso, vai-se retrair. Assim a criança é frequentemente, duplamente vítima: vítima dos abusos sexuais e vítima da incredulidade dos adultos. As reações descritas por Summit como as mais típicas da criança vão, de facto, reforçar os adultos nos seus preconceitos. As duas primeiras reações o segredo e o sentimento de impotência, estão ligados à “vulnerabilidade” da criança. Os três outros são as consequências do abuso sexual: a criança é retida e adapta-se; a revelação é tardia e não convincente; a criança vai se retrair, (Gabel, 1992).

Os sintomas tocam todas as esferas de atividade, eles são simbolicamente a promulgação ao nível do corpo e dos comportamentos que a criança se sustenta e das

quais ela fantasmou. A criança viveu uma experiência de infração do seu corpo e reagiu, de acordo com a sua idade, através de reações somáticas.

As Dinâmicas do Abuso Sexual de Menores

O Síndrome do Segredo

O silêncio das crianças vítimas de abuso sexual resulta, segundo Furniss (1993), de um conjunto de dinâmicas inerentes ao abuso. Este síndrome envolve aspetos relacionados com a interação da criança consigo mesma, com o abusador e com o meio em que se encontra inserida. Nesta dinâmica, que enclausura as crianças no silêncio, estão implicados fatores internos e fatores externos à própria situação abusiva (Furniss, 1993; Manita, 2003; Machado, 2003; Alberto, 2004).

Relativamente aos fatores externos, salienta-se a) a falta de evidências médicas que fundamentam o abuso, b) o insucesso de tentativas anteriores de revelação, c) as ameaças, estratégias de manipulação e violência, utilizadas pelo abusador e, d) o medo que as crianças sentem em relação às consequências que podem resultar da revelação, para si próprias, para as suas famílias e para o abusador (sobretudo quando se trata de abuso intrafamiliar) (Manita, 2003; Machado, 2003; Alberto, 2004). Para além destes fatores, fazem parte da situação abusiva dinâmicas internas, sobretudo em situações de abuso continuado e intrafamiliar. A este respeito destacam-se três dinâmicas que reforçam o segredo (Manita, 2003; Machado, 2003; Alberto, 2004): a) a ocorrência do abuso em contextos com poucos estímulos sensoriais (eg. A ausência de terceiros, ambientes com pouca luz e sem se verificar contacto ocular); b) a “transformação do abusador noutra pessoa”, resultante da modificação do seu comportamento habitual aquando da situação abusiva, quer no que diz respeito ao tom de voz e aos padrões de linguagem, quer no que concerne à linguagem não-verbal (gestos e expressão facial); e c) a introdução de “rituais de entrada e de saída” da situação abusiva (frases, ordens, comportamentos e atitudes estereotipados) que, ao delimitar espacial e temporalmente o abuso alimentam nas crianças a sensação de que o que vivem naquele contexto é distinto da sua experiência comum de vida e, por isso, potencialmente irreal.

Estas dinâmicas levam, muitas vezes, as crianças a experimentar estados alterados de consciência e ou processos dissociativos, psicológicos e corporais, como as únicas formas que encontram para lidar com o sofrimento intenso provocado por uma

situação de abuso que não compreendem e não são capazes de integrar (Manita, 2003; Machado, 2003).

O síndrome da acomodação

O silêncio que caracteriza a situação decorre, igualmente, do que Summit (1983) designa de síndrome de acomodação ao abuso. Este síndrome explica as razões que conduzem as crianças a manter-se na situação abusiva, não revelando o abuso que as vitima. De acordo com Summit (1983), a situação de impotência em que a criança se encontra contribui de forma decisiva para o seu silêncio. Importa não esquecer que a criança vivencia uma situação que não compreende e que é imposta por alguém que, de alguma forma, pelo estatuto ou pelo papel que desempenha na sua vida ou pela coação que utiliza, exerce poder sobre ela. Às crianças vítimas de abuso sexual, resta apenas, perante a impotência que sentem para pôr fim à experiência abusiva, o desenvolvimento de um esforço de adaptação e acomodação ao abuso. Esta necessidade de acomodação é reforçada face a processos de revelação que, para além de serem, logo à partida, complicados e difíceis para a criança são, frequentemente, mal sucedidos. A falta de sucesso da revelação acontece, quer por que as palavras (ou sinais) da criança não são valorizadas ou consideradas verdadeiras, quer porque perante as consequências da revelação para a estrutura familiar, para si própria ou para o abusador, a criança sente que não tem outra alternativa a não ser desmentir o que tinha afirmado. Depois de uma revelação que falha, a criança fica ainda mais aprisionada na sua vitimação, sentindo-se ainda mais incapaz de lhe pôr um fim (Summit, 1983).

O síndrome da acomodação constitui, assim, um esforço adaptativo que a criança faz, de forma a garantir a sua sobrevivência ao abuso sexual. Todavia, salienta-se que este processo de acomodação acentua o sentimento de culpabilização da criança e torna mais difícil o caminho para a saída da situação abusiva (Machado, 2003).

Tendo em conta que, na maioria dos casos de abuso sexual, as evidências físicas são inexistentes ou inconclusivas (Bays e Chadwick, 1993, cit. in London, Bruck, Ceci e Shuman, 2005; Berenson, Heger e Andrews, 1991, cit. in London, Bruck, Ceci e Shuman, 2005; Magalhães et al., 1998), a tomada de conhecimento da situação abusiva só acontece quando a criança revela (Berliner e Conte, 1995, cit. in Goodman-Brown et al., 2003).

Impacto do Abuso Sexual de Menores

As consequências dos abusos sexuais dependem de numerosos fatores que se ligam entre si. A idade e a maturidade fisiológica e psicológica determinam as diferentes consequências. A ligação que une a criança e aquele que abusa dela é também determinante. Os abusos sexuais cometidos por alguém mais velho, com uma ligação fraterna, ou por um adulto investido de um papel educativo têm consequências semelhantes à de um incesto.

É difícil estabelecer uma diferença entre um ato isolado e uma relação que dura desde há muitos anos por certos atos únicos que demoram a ser apanhados e que se perpetuam até a adolescência e que são particularmente devastadores. Para que a criança possa confiar é necessário que ela beneficie de um ambiente suficientemente bom que lhe permita criar confiança num adulto, apesar do que lhe está a acontecer, é por isto que em geral, os abusos sexuais exteriores à família são mais facilmente denunciados pela criança (Gabel, 1992).

De acordo com Finklehor e Browne (1985, cit. in Sanderson, 1995), as manifestações do impacto psicológico do abuso sexual emergem em consequências dos atos e danos específicos e das dinâmicas envolvidas neste comportamento. Estes autores distinguem quatro “dinâmicas traumatogénicas” fundamentais: 1) Sexualização traumática (que resulta do contacto precoce e inapropriado com atividade de índole sexual); 2) Estigmatização (que decorre, por um lado, de sentimentos de vergonhas de diferença e de culpa e, por outro lado, da divulgação da ocorrência do abuso por parte familiar, pessoas próximas ou profissionais); 3) Traição (a criança sente-se traída pelas pessoas em que deposita confiança, das quais depende e de quem espera proteção); 4) Impotência (gerada pela incapacidade de controlar uma situação adversa, muitas vezes, devido ao uso da força e/ou ameaça). Assim, o impacto está relacionado com o modo como estas dinâmicas estão presentes na situação abusiva e com a forma como são vivenciadas pela criança (Chew, 1998; Sanderson, 1995).

Na literatura, os indicadores clínicos mais frequentemente referidos como consequência da experiência abusiva são os seguintes: a) ao nível emocional e comportamental: instabilidade afetiva, ansiedade, sintomatologia depressiva, vivência de sentimentos de medo, culpa, vergonha e raiva; e perturbações de comportamento (comportamentos agressivos e disruptivos, conduta antissocial, mentira compulsiva, comportamentos regressivos) (Manita, 2003; Finkelhor e Browne, 1986; Chew, 1998;

Wurtele, 1997); b) ao nível social: dificuldade em estabelecer relações de confiança, evitamento/isolamento social e falta de competências sociais (Manita, 2003; Finkelhor e Browne, 1986; Machado, 2003; Wurtele, 1997); c) ao nível físico e somático: lesões genitais ou anais, dor ou prurido vaginal, doença venérea, perturbações do sono (pesadelos e insónias); perturbações alimentares (bulimia e anorexia); perturbações gastrointestinais; dificuldades respiratórias; dores de cabeça e dores musculares (Manita, 2003; Machado, 2003; Chew, 1998; Sanderson, 1995; Wurtele, 1997); d) ao nível sexual: comportamentos sexualizados inadequados para a idade, conhecimento e linguagem sexual precoce, excesso de curiosidade sexual, masturbação compulsiva e simulação de atos sexuais e a expressão de afetos de forma sexualizada (Manita, 2003; Machado, 2003; Sanderson, 1995; Wurtele, 1997).

As vítimas de abuso sexual manifestam mais comportamentos sexuais problemáticos e conhecimentos sexuais inapropriados para a idade do que os pares não abusados (Fávero, 2003). Salienta-se que apenas os distúrbios sexuais parecem ser específicos do abuso sexual, sendo que os outros sintomas são característicos de qualquer experiência abusiva ou vivência traumática (Alberto, 2004).

Com o propósito de analisar melhor estes comportamentos, vários autores (e.g. Johnson, 1993, cit in Johnson e Friend, 1995; Gil, 1993, cit in Hornor, 2004; Davies, Glaser e Kossoff, 2000, cit. in Hornor, 2004) sugerem que, para avaliar se um dado comportamento sexualizado observado numa criança faz parte de uma brincadeira sexual normativa ou constitui motivo de preocupação, é necessário ter em conta determinadas características. De entre estas salientam-se: a) a diferença de idade, de tamanho e de estatuto das crianças intervenientes; b) o tipo de atividade envolvida; e c) a dinâmica de comportamento sexual. Estes autores consideram que o envolvimento “normal” das crianças em brincadeiras e jogos sexualizados resulta de uma participação voluntária de crianças aproximadamente da mesma idade, do mesmo tamanho e do mesmo estatuto desenvolvimental. Acrescenta que os comportamentos sexuais normativos são exibidos de um modo limitado no que diz respeito à frequência e ao tipo. Referem, também, que, do ponto de vista normativo, o interesse da criança por sexo e pela sexualidade é equilibrado, fazendo parte de outros interesses e curiosidade e que a experimentação sexual pode resultar em embaraço mas não provoca na criança sentimentos intensos de raiva, vergonha, medo e ansiedade. Salientam, ainda, que quando as crianças são instruídas a parar o comportamento sexual em causa, normalmente diminui (pelo menos do ponto de vista os adultos).

Do conjunto de fatores que atenuam ou agravam as consequências da experiência abusiva, fazem parte variáveis inerente à própria experiência abusiva, às características individuais da criança e, finalmente, às características do meio (Machado, 2003; Manita, 2003; Fávero, 2003; Browne e Finkelhor, 1986; Miller-Perrin e Perrin, 1999; Friedrich, 1998; Sanderson, 1995; West, 1991; Chew, 1998; Alberto, 2004; Fergusson e Mullen, 1999).

Contribuem igualmente para a intensificação do trauma fatores relacionados com o meio, nomeadamente o suporte social e familiar existente (resposta sociais negativas e a ausência de figuras de vinculação que transmitam à criança compreensão, proteção e segurança são preditoras de um impacto traumático superior, sobretudo nos casos de abuso intrafamiliar) e a reação dos profissionais envolvidos (uma atitude de valorização da experiência abusiva e reconhecimento da criança enquanto vítima bem como a disponibilização de recursos de apoio tende a atenuar as consequências do abuso), (Machado, 2003; Manita, 2003; Fávero, 2003, Browne e Finkelhor, 1986; Miller-Perrin e Perrin, 1999; Friedrich, 1998; Sanderson, 1995; West, 1991; Chew, 1998; Alberto, 2004; Fergusson e Mullen, 1999).

Estudos recentes têm enfatizado que, crianças com atitudes mais positivas e com mecanismos de coping mais eficazes são mais resilientes à experiência abusiva, o que pode traduzir-se na ausência de sintomatologia (Tremblay, Hébert e Piché, 1999, cit. in Machado, 2003).

De uma maneira geral, os estudos demonstram que os sentimentos tendem a diminuir ao longo do tempo, com exceção de um terço dos casos, em que, pelo contrário, se verifica um agravamento dos mesmos (Saywitz et al., 200, cit. in Machado, 2003; Wolfe e Birt, 1997, cit in Machado, 2003). No mesmo sentido, as crianças assintomáticas tendem a manter-se dessa forma, verificando-se, contudo, em algumas crianças, uma reação tardia, que refletirá a presença de um sleeper effects, explicando a ausência inicial de sintomatologia (Fergusson e Mullen, 1999; Machado, 2003).

Os Pais no Contexto de Revelação do Abuso Sexual Infantil

Várias são as reações maternas frente à notícia de abuso sexual das suas filhas: algumas mães podem experienciar sintomas de depressão, ansiedade ou transtorno de stress pós-traumático (Green, Coupe, Fernandez & Stevens, 1995; Leifer & cols., 2004; Lewin & Bergin, 2001 cit in Santos & Dell'Aglio, 2009). Seguida a revelação de abuso

sexual, as famílias experienciam frequentemente numerosas alterações induzidas pelo stress causado pelo impacto da revelação. Estudos empíricos sugerem que pais não maltratantes ou não abusadores das crianças vítimas de abuso sexual experienciam sintomas de Síndrome de Stress Pós-Traumático (Famularo et al., 1994 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001).

Manion et al. (1996 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001) relataram que mães não maltratantes apresentavam sintomas intrusivos e evitantes do Síndrome de Stress Pós-Traumático mais elevados do que pais não maltratantes. Num estudo de Kelly's (1990 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001) sobre as reações parentais dois anos após o abuso extrafamiliar dos seus filhos concluiu-se que as mães têm níveis mais elevados do que os pais apenas em sintomas de intrusão de Síndrome de Stress Pós-traumático. Kelley (1990 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001) relatou ainda que mães e pais não maltratantes experienciaram níveis significativamente mais elevados de depressão do que pais que não experienciaram a revelação de abuso sexual por parte dos filhos. Concluiu-se também que os pais apresentaram níveis de depressão significativamente maiores do que as mães.

Dois estudos compararam níveis gerais de perturbações psicológicas em mães versus pais que produziram resultados mistos. Manion et al (1996 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001) concluíram que mães não maltratantes experienciaram mais perturbações emocionais significativas do que os pais ou do que mães do grupo de controlo que não tinham filhos abusados sexualmente. Pais não maltratantes experienciaram níveis significativamente mais elevados de perturbações emocionais do que os pais do grupo de controlo. Kelly (1990 cit in Elliott, A. & Carnes, C., 2001), por outro lado, concluiu que o número de sintomas e a intensidade da perceção das perturbações emocionais era significativamente maior nos pais do que nas mães dois anos após a revelação.

No estudo de Santos & Dell'Aglio (2009) concluiu-se que relativamente às reações maternas, estas eram maioritariamente positivas, indicando que as mães acreditavam nos relatos das suas filhas, no entanto a amostra era somente de 10 sujeitos.

As reações diante da revelação do abuso foram identificadas por Jonzon e Lindbland (2004) cit. in Santos & Dell'Aglio, 2009, e classificadas como reações positivas, negativas e neutras. As reações positivas foram caracterizadas por: sentimentos de raiva em relação ao perpetrador e pena e tristeza em relação à vítima; atitudes de empatia, como sensibilidade para escutar, calma e aceitação; atitudes de

credibilidade no relato da vítima; atitudes ativas durante o relato, como encorajar a vítima a falar, oferecer ajuda e apoio; e por ações como confrontar o abusador, fazer parar o abuso ou afastar o abusador. As reações negativas foram caracterizadas por: sentimentos de raiva em relação à vítima e curiosidade sexual; atitudes evitativas, como não querer escutar, incompreensão e insensibilidade; atitudes de dúvida quanto ao relato da vítima; atitudes ativas durante o relato, como aconselhar a vítima a não contar, não oferecer ajuda e apoio, minimizar o abuso; e por ações como abandono ou não manter contato com a vítima. As reações neutras foram identificadas por respostas emocionais e atitudes de indiferença ou, ainda, por ambivalência quanto ao relato de abuso sexual. Foi observada uma frequência maior de reações positivas, tanto nas revelações realizadas na infância (52%) como na fase adulta (85%).

Elliot e Carnes (2001), numa revisão da literatura, discutiram os resultados de várias pesquisas sobre reações face ao abuso. Foi observado que, embora a maioria das mães acreditasse, pelo menos em parte, na criança, algumas não conseguiam emitir respostas de apoio e proteção, evidenciando ambivalência ou inconsistência. Esses autores destacaram, ainda, que o apoio e a proteção dos cuidadores primários estavam também associados ao ajustamento emocional e comportamental das crianças vítimas.

Um aspeto que tem sido investigado como relevante para o prognóstico positivo das vítimas diz respeito à forma como as mães lidam com a situação de ter uma filha abusada sexualmente. O facto, por exemplo, de uma mãe acreditar no relato de sua filha vítima e tomar medidas de proteção poderá repercutir no modo como a própria vítima consegue elaborar a experiência traumática. Nesse sentido, estudos recentes têm explorado a capacidade das mães de enfrentar essa situação, procurando ajuda, e de oferecer apoio às suas filhas naquele momento de crise (Arabolaza & Piedra, 2001; Elliot & Carnes, 2001; Leifer, Kilbane, & Grossman, 2001; Paredes, Leifer, & Kilbane, 2001; Pintello & Zuravin, 2001; Plummer, Eastin, & Aldaz, 2009). A resposta materna, após a revelação do abuso, pode ser um importante fator para o ajustamento psicológico da criança.

Plummer (2006, cit in Santos & Dell'Aglio 2013), entrevistou 125 mães, não abusivas, de crianças vítimas de abuso sexual e explorou a questão de como essas mães descobriram o abuso das suas crianças. Segundo a autora, a descoberta das mães sobre o abuso sexual das suas crianças não ocorre como um evento, mas como um processo, no qual as mães precisam juntar, numa espécie de quebra-cabeças, um conjunto de factos, pressentimentos e fragmentos do que veem e escutam. Foi verificado que as mães

tomam conhecimento do abuso das suas crianças por via de uma variedade de recursos, como o próprio relato e comportamento da criança e ainda, informações obtidas com os profissionais. Quanto mais recursos a mãe dispõe para recolher informações que confirmem a ocorrência do abuso, maior a probabilidade de acreditarem e de satisfazerem as necessidades de apoio e proteção das suas crianças naquele momento (Coohey & O’Leary, 2008 cit. in Santos & Dell’Aglia, 2013).

Paralelamente ao processo de descoberta do abuso sexual, as mães passam por um processo interno de aceitação do que aconteceu. Nesse processo, alguns aspetos aumentam a incerteza e outros confirmam a ocorrência do abuso e direcionam as ações e respostas das mães. Ao investigarem essa temática recentemente, Plummer et al. (2009) constataram os fatores que contribuem para a incerteza das mães sobre a ocorrência do abuso: em geral, as mães conhecem o abusador e sabem o que acontece com as suas crianças, pois frequentemente estão por perto; os familiares mais próximos não acreditam na ocorrência do abuso; e as crianças costumam alterar detalhes sobre o relato de abuso ao longo do tempo. Já os aspetos que corroboraram a certeza sobre o relato de abuso foram: a revelação da criança, os comportamentos e as respostas emocionais delas, a opinião de profissionais especialistas e os resultados de exames físicos.

Em suma, o abuso sexual dos filhos tem impacto significativo na vida dos pais. Estes apresentam reações diversas como perturbações ao nível emocional e comportamental. Verifica-se também que estas perturbações são mais significativas nos pais que vivenciam a experiência de abuso dos seus filhos do que os pais que não vivenciam. A resposta dada pelos pais, mais especificamente pelas mães, que passa por um processo interno de aceitação do que aconteceu, pode ser um fator determinante para o ajustamento psicológico da criança.

Conclusão

Podem destacar-se a vasta literatura existente que aponta as reações maternas diante da notícia do abuso sexual das suas filhas. Porém, é necessário, para melhor responder às necessidades de proteção das vítimas, conhecer de forma mais criteriosa, o impacto que o abuso tem no sistema familiar, nomeadamente no pai e quais as suas reações face a este acontecimento.

Os estudos que exploram esta problemática mostram que mães e pais podem experienciar perturbações emocionais variadas, bem como sintomas de depressão, ansiedade ou transtorno de stress pós-traumático. Verifica-se também que mães e pais não maltratantes experienciaram níveis significativamente mais elevados de depressão e de perturbações emocionais do que pais que não experienciaram a revelação de abuso sexual por parte dos filhos. Concluiu-se ainda, que os pais apresentaram níveis de depressão significativamente maiores do que as mães, dois anos após a revelação.

As reações face à revelação do abuso foram categorizadas por Jonzon e Lindbland (2004) cit in Santos & Dell'Aglio, 2009, como positivas, negativas e neutras. No estudo realizado por Santos & Dell'Aglio (2009) foram avaliadas qualitativamente as reações de 10 mães às revelações de abuso sexual e concluiu-se que estas eram maioritariamente positivas e que duas eram ambivalentes, não havendo nenhuma reacção negativa.

Paralelamente ao processo de descoberta do abuso sexual, as mães passam por um processo interno de aceitação do que aconteceu. Embora a maioria das mães acreditasse, pelo menos em parte, na criança, algumas não conseguiam emitir respostas de apoio e protecção, evidenciando ambivalência ou inconsistência. Concluiu-se também que o facto de uma mãe acreditar no relato de sua filha vítima e tomar medidas de protecção poderá repercutir no modo como a própria vítima consegue elaborar a experiência traumática.

Não são apenas as reações maternas em situações de abuso sexual de menores que podem influenciar as respostas da vítima, mas também as reações de todas as pessoas que, de alguma forma, lidam com a situação de abuso, sejam elas familiares, nomeadamente e particularmente o pai.

Foi publicada em novembro de 2001 uma revisão de literatura sobre as reações de pais não maltratantes ao abuso sexual dos seus filhos, não tendo sido, posteriormente a essa mesma revisão de literatura, publicada nenhuma revisão atual sobre o tema. Poucos estudos empíricos foram realizados para averiguar as reações de pais não maltratantes a este acontecimento. Assinala-se o estudo de Jonzon & Lindbland (2004) sobre a revelação que foi realizado com mulheres adultas que foram vítimas de abuso e o de Santos & Dell'Aglio (2009) que estuda apenas as reações maternas e dado o tamanho da amostra (n=10), os resultados não são generalizáveis.

Torna-se assim imperativo, investigar as reações paternas face à revelação do abuso, perceber se estas são positivas, negativas ou ambivalentes, no sentido de melhorar a qualidade da rede de suporte, designadamente a familiar

Referências

- Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Browne, A. & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse, a review of the research. In Donnelly, A. & Oates, Q. (Eds.), *Classic Paper in Child Abuse*, (2000). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Carmo, R.; Alberto, I. & Guerra, P. (2002). *O abuso sexual de menores: Uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia*. Coimbra: Almedina.
- Chew, J. (1998). *Women survivors of childhood sexual abuse: healing through group work*. Nova York: Haworth Press.
- Conte, J. (1991). The nature of sexual offences against children. In C. Hollin & K. Howells (Editores), *Clinical Approaches to sex offenders and their victims*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Cunha, L. (2000). O abuso sexual de menores. *Polícia Portuguesa*, 126, pp.2-9.
- Elliot, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of literature. *Child Maltreatment*, 6, 314-331.
- FÁVERO, M. (2003), *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais de Menores*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Fergusson, D. M. & Mullen, P. E. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence-based perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fischer, D. & MacDonald, W. (1998). Characteristics of intrafamiliar and extrafamiliar child sexual abuse. *Child abuse and neglect*. 22, (9), 915-929.
- Friedrich, W. (1998). Behavioral manifestations of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 22(6), 523-531.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1992). *Les enfants victims d'abus sexuels*. Presses Universitaires de France.

- Goodman-Brown, T.; Edelstein, R. Goodman, G.; Jones, D. & Gordon, D. (2003). Why children tell: a model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 27, 525-540.
- Hornor, G. (2004). Sexual Behavior in Children: Normal or Not? *Journal of Pediatric Health Care*, 18, 57-64.
- Johnson, T & Friend, C: (1995). Assessing Sexual Behaviors in context of child sexual abuse evaluations. In Ney, T., *True and False Allegations of Child Sexual Abuse: assessment and case management*. Nova York: Brunnel/Mazel.
- López, F. & Fuertes, A. (1989). *Para comprender la sexualidad*. Navarra: Verbo Divino.
- Lebovici, S. & Soulé, M. (1970). *La connaissance de l'enfant par la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France
- Lebovici, S. & Stoleru, S. (1983). *La mère, le nourrisson et le psychanalyste. Les interaction precoces*. Paris: Le centurion.
- Machado, C. (2003). Abuso sexual de crianças. In Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coords.) *Violência e Vítimas de Crimes*, Coimbra : Quarteto
- Magalhães T.; Carneiro de Sousa, M. J.; Gomes da Silva, A.; Pinto da Costa, D.; Grams, A. C.; Ribeiro, C.; Gonzalez, R. & Pinto da Costa, J. (1998). Child sexual abuse: a preliminary study. *Journal of Clinical Forensic Medicine*, 5, pp. 176-182.
- Manita, C. (2003.) Quando as portas se abrem...; do impacto psicológico ao testemunho de crianças vítimas de abuso sexual In Sottomayor, M.; Silva, A.; Fonseca, A. & Fernandes, L. (Coords), *Cuidar da justiça de crianças e jovens: A função dos juizes sociais: Actas do encontro*. Coimbra: Almedina
- Miller-Perrin, C. & Perrin, R. (1999) *Child Maltreatment: an Introduction*. Thousand Oaks: Sage
- Russel, D. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. In Donnelly, A. & Oates, K. (Eds.), (2000), *Classic Papers in Child Abuse*, (pp. 139-153). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Sanderson, C. (1995). *Counselling adults survivors of child sexual abuse*. London: Jessica Kingsley Publications.
- Santos & Dell'Aglio (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, (1), 85-92.
- Santos & Dell'Aglio (2013). O processo de Revelação do Abuso Sexual na Percepção das Mães. *Psicologia: Teoria e Prática*, 15 (1), 50-64.

- Summit, R. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. In Donnelly, A. & Oates, k. (Eds.), (2000), *Classic Papers in Child Abuse*, (155-171). Thousand Oaks: Sage.
- West, D. (1991). The effects of Sex Offenses. In C. Hollin & K. Howells (Eds.), *Clinical Approaches to sex offenders and theirs victims*, (pp. 55-73). Chichester: John Wiley & Sons.
- Wurtele, S. (1997). Sexual Abuse. In Ammerman, R. T. & Hersen, M. *Handbook of prevention and treatment with children and adolescents: intervention on the real world context*. Nova York: Jonh Wiley & Sons

Projecto de Investigação:

O Processo de Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Paternas

Resumo:

A literatura tem indicado que os pais de crianças vítimas de abuso sexual, ao tomarem conhecimento da situação de abuso dos seus filhos, podem manifestar uma série de reações, que podem incluir ansiedade, depressão e stress pós traumático. As reações face à revelação podem ainda ser de suporte e proteção ou ainda de evitação, indiferença ou ambivalência. Pretende-se entrevistar 30 pais de crianças abusadas sexualmente, no Instituto de Medicina Legal de Lisboa, cujos filhos estejam em processo de avaliação psicológica para efeitos legais. As reações paternas foram classificadas entre positivas, negativas e neutras. Prevê-se que a significativa maioria dos pais apresente reações positivas, que acredite no relato dos filhos e que denuncie os abusos.

Palavras-Chave: Abuso sexual infantil, revelação, reações paternas

Abstract:

The literature has shown that parents of children who are victims of sexual abuse, upon learning of the situation of abuse of their children may manifest a series of reactions, which may include anxiety, depression and post-traumatic stress. The reactions due to the revelation can still be supportive and protective or avoidance, indifference or ambivalence. It is intended to interview 30 parents of sexually abused children, at the Institute of Legal Medicine of Lisbon, whose children are in the process of psychological evaluation for legal purposes. The reactions between fathers were classified as positive, negative and neutral. It is anticipated that a significant majority of parents present positive reactions, that believe in the story of the children and denouncing abuses.

Key Words: Child Sexual Abuse, Disclosure, Paternal Reactions.

Introdução

Os estudos que exploram a problemática do abuso sexual infantil, da perspectiva das reações parentais, mostram que mães e pais podem experimentar perturbações emocionais variadas e que apresentam respostas diversificadas.

Em novembro de 2001, foi publicada uma revisão de literatura de Elliot & Carnes (2001) sobre as reações de pais não maltratantes ao abuso sexual dos seus filhos, não tendo sido, posteriormente a essa mesma revisão de literatura, publicada nenhuma revisão atual sobre o tema. Poucos estudos empíricos foram realizados para averiguar as reações de pais não maltratantes a este acontecimento. Assinala-se o estudo de Jonzon & Lindbland (2004) sobre a revelação que foi realizado com mulheres adultas que foram vítimas de abuso e o de Santos & Dell’Aglío (2009) que estuda apenas as reações maternas e dado o tamanho da amostra (n=10), os resultados não são generalizáveis.

As reações diante da revelação do abuso foram identificadas por Jonzon e Lindbland (2004) cit. in Santos & Dell’Aglío, 2009, e classificadas como reações positivas, negativas e neutras. As reações positivas foram caracterizadas por: sentimentos de raiva em relação ao perpetrador e pena e tristeza em relação à vítima; atitudes de empatia, como sensibilidade para escutar, calma e aceitação; atitudes de credibilidade no relato da vítima; atitudes ativas durante o relato, como encorajar a vítima a falar, oferecer ajuda e apoio; e por ações como confrontar o abusador, fazer parar o abuso ou afastar o abusador. As reações negativas foram caracterizadas por: sentimentos de raiva em relação à vítima e curiosidade sexual; atitudes evitativas, como não querer escutar, incompreensão e insensibilidade; atitudes de dúvida quanto ao relato da vítima; atitudes ativas durante o relato, como aconselhar a vítima a não contar, não oferecer ajuda e apoio, minimizar o abuso; e por ações como abandono ou não manter contato com a vítima. As reações neutras foram identificadas por respostas emocionais e atitudes de indiferença ou, ainda, por ambivalência quanto ao relato de abuso sexual. Foi observada uma frequência maior de reações positivas, tanto nas revelações realizadas na infância (52%) como na fase adulta (85%).

É baseada no estudo de Jonzon & Lindbland (2004) e de Santos & Dell’Aglío (2009), que se propõe esta investigação, que prevê explorar as reações paternas de

acordo com as três categorias (positivas, negativas ou neutras) e as duas dimensões (credibilidade e ação) identificadas nos estudos, respetivamente.

Tendo em vista a importância de explorar aspetos relacionados com a figura paterna em situações de abuso sexual infantil, de compreender as diferentes manifestações emocionais e comportamentais e, considerando que o pai é um pilar na vida de um filho e que é uma das principais pessoas para quem a vítima revela o abuso e ainda que as suas respostas podem influenciar a capacidade das crianças lidarem com a experiência de abuso sexual, o presente projeto propõe uma investigação às reações de pais de crianças vítimas de abuso sexual extrafamiliar diante da revelação.

Problema

Vários estudos na literatura apontam para as reações maternas diante da notícia do abuso sexual das suas filhas. É necessário, para melhor responder às necessidades de proteção das vítimas, conhecer de forma mais criteriosa, o impacto que o abuso tem no sistema familiar, nomeadamente no pai e quais as suas reações face a este acontecimento.

Os estudos que exploram esta problemática são insuficientes e como demonstrado anteriormente, pouco claros no sentido em que os resultados são contraditórios.

Que reações são desencadeadas no pai não maltratante no momento da revelação do seu filho?

Hipótese

Os pais apresentam significativamente mais reações positivas ao abuso sexual dos seus filhos do que reações negativas ou neutras.

Método

Participantes

Pais não maltratantes de crianças vítimas de abuso sexual extrafamiliar dos 0 aos 14 anos, cujos filhos/as sejam sujeitos a avaliação psicológica para verificar a veracidade do testemunho ou para memória futura no Instituto Nacional de Medicina Legal em Lisboa.

Em relação à caracterização dos participantes ter-se-á em contas a seguinte variável:

- Contacto regular e assíduo com a criança

A amostra do estudo será intencional e de carácter voluntário. Será intencional, no sentido em que dirigir-me-ei apenas a pais homens para efetuar uma entrevista semi-estruturada. Proporia uma amostra considerável, de cerca de 30 sujeitos.

Instrumento

Para a realização da presente investigação ir-se-á utilizar uma entrevista individual semi-estruturada, com o objetivo de investigar além dos dados socio-demográficos e características inerentes ao abuso, as reações paternas face à revelação do abuso sexual dos seus filhos. As duas questões principais a serem investigadas serão: “Como é que ficou a saber do abuso do/a seu filho/a?” e “ Que reações teve quando soube do abuso?”.

Caracterizar-se-á a idade dos pais, a situação profissional, a idades do filho/a, idade do início do abuso, o abusador, tipo de abuso e tipo de episódio, quem fez a denúncia e a reação paterna. (Santos & Dell’Aglia ,2009).

Procedimento

A fim de se poder recolher os dados necessários para a investigação, solicitar-se-á junto do Instituto Nacional de Medicina Legal, a autorização para a realização da investigação. Esclarecer-se-á o âmbito do estudo e a sua pertinência. Ir-se-á, igualmente, demonstrar total disponibilidade para prestar qualquer tipo de esclarecimento sobre a investigação.

Após a confirmação da autorização, as entrevistas serão realizadas no Instituto de Medicina Legal de Lisboa, onde os filhos dos participantes serão avaliados, numa sessão, com duração média de duas horas. Serão considerados cuidados éticos. Será utilizado um termo de concordância do Instituto Nacional de Medicina Legal e um termo de consentimento a cada participante.

Far-se-á uma análise qualitativa das entrevistas que apresentará as características socio-demográficas e familiares dos participantes, bem como as categorias relacionadas às reações paternas, reações positivas, negativas ou neutras, e as dimensões observadas dos participantes, de credibilidade (refere-se ao facto dos pais acreditarem ou não na veracidade do relato do abuso dos seus filhos) e ação (que está relacionada a ter ou não iniciativa de realizar a denúncia), obtidas por meio de análise de conteúdo.

No final da investigação ir-se-á fornecer um feedback sobre os resultados obtidos ao Instituto Nacional de Medicina Legal que terá cooperado e tornado possível a realização da investigação.

Referências

- Santos & Dell’Aglia (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, (1), 85-92.
- Elliot, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of literature. *Child Maltreatment*, 6, 314-331.